

Revista Espinhaço entrevista: Heloísa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG)

Apresentação A Revista Espinhaço apresenta uma entrevista exclusiva com a Profa. Heloisa Soares de Moura Costa. A entrevista foi realizada em setembro de 2018, e conduzida por Douglas Sathler (UFVJM), na cidade de Poços de Caldas, durante o encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Heloisa Soares de Moura Costa é especialista em planejamento urbano e regional, tendo participado da elaboração de trabalhos de grande destaque. Nessa entrevista, a professora fala sobre os desafios da produção de cidades sustentáveis no Brasil.

Revista Espinhaço: O Brasil vivenciou nas últimas décadas um intenso processo de urbanização e isso com certeza gerou problemas ambientais profundos. Fale um pouco de como se deu essa urbanização e quais os desafios das cidades contemporâneas.

Temos a urbanização como resultado de vários processos. O processo mais conhecido é a migração do campo para cidade. As pessoas falam mais a respeito da ideia que as condições de vida e de sobrevivência digna no campo vão se esgotando, o que justificaria estes fluxos migratórios. Isso é muito associado também a mudança no campo, uma concentração de terras, chamado de modernização conservadora do campo. Enfim, empresariamento do campo. Atualmente, começa a se falar em financeirização do campo. Não vou falar sobre o campo, mas só pra dizer que cada vez mais os pequenos agricultores e proprietários têm menores chances de sobrevivência no campo, embora haja vários núcleos interessantes.

Houve um movimento maciço para as cidades, inicialmente para cidades maiores e depois, aos poucos, para cidades de todos os portes. Isso está ligado não só ao processo de exclusão, mas também a um processo de atração das cidades vistas como locais onde você tem maiores oportunidades, melhor educação, saúde, lazer, cultura, trabalho. É uma soma dessas duas coisas. A ideia das luzes da cidade ajuda muito a simplificar essa atração.

Revista Espinhaço: Sabemos que isso trouxe problemas ambientais graves para as cidades, não é verdade?

Não só ambientais, mas sociais. Isso aconteceu em várias partes do mundo. Em outro momento, outra sociedade, de alguma forma, os poderes públicos, depois do susto inicial, foram se preparar absorver o fluxo de pessoas, em termos de trabalho e, principalmente, garantindo um lugar na cidade para essa população. Esse não foi o nosso caso. Ainda, o crescimento das cidades esteve associado a políticas públicas muito excludentes, muito pouco abertas aos setores populares. Desde os anos 1970 essas políticas estiveram pautadas na perspectiva de que os serviços públicos têm que ser pagos (água, luz, esgoto, dentre outros). Então, uma série de circunstâncias fizeram com que essa vinda pra cidade (denominado processo de urbanização) resultasse em muita ocupação informal. As pessoas vêm pra casa de parentes, vão para os lugares que são possíveis, tendo em vista as suas possibilidades. Dessa forma, vamos tendo a construção das

cidades pelos próprios moradores, de forma muito precária e com muito custo social para as pessoas, e um custo ambiental alto para o conjunto. Essa é uma das dimensões do que alguns autores chamam de “tragédia urbana”. Quero crer que essa tragédia é possível de ser revertida.

Revista Espinhaço: Vamos falar de cidades sustentáveis. A Sra. é especialista em planejamento urbano, já trabalhou em grandes planos de grande impacto para as cidades. O que podemos fazer para termos uma cidade sustentável do ponto de vista da habitação?

Essa é uma pergunta muito difícil. “Poder fazer”, pode fazer muita coisa... É preciso ter os recursos necessários, e principalmente ter uma opção clara por fazer essas coisas. Durante muito tempo, todas as políticas públicas de habitação, quando existem e atingem uma dimensão quantitativa expressiva, elas sempre se fizeram em cima de grandes conjuntos habitacionais. Assim como na produção de liquidificadores em série ou de qualquer outra coisa, políticas produziram cidades, bairros e habitação em série. A construção de grandes conjuntos, de muitas unidades ao mesmo tempo, tem um fator econômico importante de reduzir custos.

Revista Espinhaço: Muitas vezes até afastado dos serviços públicos, correto?

Ai está a perversidade da questão. Os grandes conjuntos, em geral, são muito mal aceitos pela população. Você tem que aprender a viver coletivamente, gerindo uma série de coisas. Outro ponto fundamental é a questão da terra, do onde e como. A terra no Brasil e em vários países capitalistas, em geral, com raras exceções, tem dono (privada). A terra tem que ser comprada, ou eventualmente desapropriada (isso é muito raro), para a execução de políticas habitacionais. Então, quando a política habitacional tem que produzir um produto, que seja o mais barato possível pra que ele seja acessível ao maior número de pessoas possível, você vai reduzindo custos em todas as etapas do processo. Na etapa terra, a localização representa o custo mais alto, porque são nas áreas mais distantes e/ou menos equipadas que as terras são mais baratas. Assim, o conjunto habitacional, fruto desse processo e também fruto de loteamentos populares, estará localizado nas terras mais baratas. Existe uma série de leis de regulamentações para que esses empreendimentos tenham acesso a serviços. Mas não necessariamente isso acontece. Em todos os casos, a fiscalização é precária e, muitas vezes,

o próprio concessionário de serviço público apresenta dificuldades. Como colocar água e esgoto em áreas distantes? A localização incide diretamente sobre o preço.

O outro ponto que gostaria de mencionar e está relacionado com a “questão” sustentável. As ocupações informais estarão localizadas onde a terra é mais barata e também onde é proibido ou desaconselhável ocupar (áreas de risco, de topo de morro, de encosta, de enchentes, planícies de inundação e cursos d’água). São áreas que foram, pelo planejamento, retiradas do mercado formal, pois elas devem ser protegidas e são impróprias para ocupação humana. Então, o estado de necessidade faz com que as pessoas ocupem estas áreas. Passamos a ter um duplo problema social e ambiental: os locais que seriam para preservar os recursos naturais, os bens comuns, estão ocupados por uma população que está ali por falta de opção e que raras vezes tem acesso as essas políticas.

Concluindo, pensando em cidades sustentáveis e habitação, temos atualmente uma produção maciça de habitação em larga escala que é o Programa Minha Casa Minha Vida. Nem todos de precaríssima qualidade, mas geralmente as habitações são construídas nas periferias. Isso levanta muitas críticas, uma vez que essas habitações não estão exatamente na cidade, no sentido da urbanidade. E do outro lado, temos essa discussão de que as áreas onde estão concentradas a população de baixa renda ou de mais baixa renda (mais vulneráveis) são as áreas impróprias para ocupação (fundos de vale, áreas de muita declividade, etc). Então se associa risco, vulnerabilidade, habitação e uma quase impossibilidade de resolução destas questões no marco que temos. Claro que nós temos algumas experiências muito interessantes de tratamento, por exemplo, de cursos d’água ainda em leito natural com habitação, com soluções de melhoria das condições sanitárias e ambientais.

A sustentabilidade urbana, nas condições reais da urbanização brasileira nas grandes cidades, requer sensibilidade social para essas áreas de risco (muito associadas a elementos da natureza – topo de morro, água, etc). Existe também uma questão muito importante: a mobilidade, não só no sentido de criar condições de deslocamento públicas baratas e para todos, mas de incentivar o que o pessoal da mobilidade denomina mobilidade ativa, que são: bicicleta, patinete, andar a pé e todas as formas não motorizadas.

Revista Espinhaço: E uma cidade mais sustentável do ponto de vista da mobilidade seria uma cidade com a conformação mais inteligente, correto?

Sem dúvidas. Existem muitos rótulos para isso: “cidades inteligentes”, “cidades sustentáveis” “cidades resilientes”, “cidades amigáveis a mobilidade”. Diminuir a necessidade de deslocamento das pessoas é fundamental. Não devemos apenas criar condições adequadas de deslocamentos, mas principalmente, tentar reduzir essa necessidade. O debate atual, até onde eu conheço, destaca a importância de termos perto dos locais de moradia aquilo que as pessoas precisam. Então, se você tem uma cidade com múltiplas centralidades - lugar onde se concentram comércios, serviços, educação, saúde, lazer, espalhados pela cidade, você reduz a necessidade de deslocamento.

Revista Espinhaço: Você tem algo mais democrático! Tira um pouco aquela segregação socioespacial da população.

Exatamente. Eu gosto de pensar que é como se você levasse os centros (adequado) até as periferias sem esvaziar os centros tradicionais. Existem muitas opções. As centralidades podem ser lineares, ao longo de uma avenida, ao longo dos eixos de transportes. Assumindo várias formas. A outra coisa que vem se discutindo muito em alguns lugares como na França, é o que chamam de “Gestão do tempo”. Trata-se de uma gestão das necessidades de deslocamento dadas pelo tempo de trabalho, escola, etc. Você pode defasar os horários das coisas que as pessoas fazem, ajustando a rotina da cidade. Se todo mundo se desloca de 8h as 12h e 14h as 16h, você tem picos de fluxo. Se você consegue espalhar mais esses fluxos, você reduz o tempo ocioso das pessoas nos deslocamentos.

Também devemos usar de forma ambientalmente mais interessante, mais consciente, os espaços vazios. As cidades têm muitos espaços vazios. Embora não pareça, olhamos e não vemos. Brinco muito com meus alunos: “você vão procurar lotes vagos no centro da cidade”. “Ah professora, não tem.” “Tem sim, vai procurar.” Na próxima aula eles chegam e falam: “Achamos esse e esse...”. Tem muita terra vazia.

Revista Espinhaço: Estacionamento, né? Que são lotes vagos...

Sim. Estacionamentos, galpões abandonados, prédios inacabados, prédios acabados e vazios. Existe um estoque formidável de área habitável. Devemos não só ocupar essas áreas vazias como fazer valer o direito social à propriedade, à natureza, etc. Devemos dar um uso mais interessante para esses imóveis vazios. Porque não fazer jardins, hortas coletivas, fazer uma série de coisas que mantém a permeabilidade do solo, geram renda, geram um ambiente mais agradável.

Revista Espinhaço: E o tema agricultura urbana está em destaque, né?

Sim. Agora está florescendo, fazendo um trocadilho. Têm muitas pequenas coisas que podem ser integradas.

Revista Espinhaço: Professora, muito obrigado pela entrevista!